

MACIÇO DE SICÓ

Valorização dos recursos naturais e criação de emprego a nível local

Lúcio CUNHA¹

Resumo:

Nos principais maciços calcários portugueses e particularmente nas Serras Calcárias de Condeixa-Sicó-Alvaiázere, o processo cársico que conduziu à elaboração de formas e paisagens sui generis, hoje consideradas de elevado valor patrimonial, é um processo longo e complexo, responsável também pela magreza dos solos, pela secura da superfície calcária e, em última análise, por uma ocupação humana difícil que, ainda hoje, assenta na magra agricultura de sequeiro e numa pastorícia tradicional de muito fraca rentabilidade. Apesar de uma notável intervenção por parte dos responsáveis autárquicos e, particularmente, da melhoria sensível das acessibilidades, as difíceis condições naturais têm conduzido a um progressivo processo de desertificação desta área. As condições do meio, a espectacularidade e originalidade da paisagem cársica, o significado económico da água que circula nas suas entranhas, a profusão de grutas e a riqueza da biodiversidade fazem deste território um espaço de elevado valor ambiental, recentemente reconhecido através da classificação de parte dele como um dos sítios da rede Natura 2000.

Com o objectivo de ultrapassar os constrangimentos económicos e de fixar as populações foi criada uma associação intermunicipal (ADSICÓ – Associação de Desenvolvimento das Terras de Sicó) que, desde 1992, tem vindo a promover um vasto programa de revitalização do espaço rural, através de iniciativas ligadas sobretudo à valorização dos produtos tradicionais, à promoção da actividade turística e à melhoria das infra-estruturas da região serrana. A par com estas, outras iniciativas institucionais e individuais, públicas e privadas têm vindo, a pouco e pouco, a modificar este espaço, valorizando-o, divulgando-o, criando localmente algum emprego, ou seja, contribuindo, de algum modo, para o desenvolvimento local de uma área economicamente deprimida e ambientalmente frágil.

Com a presente comunicação pretende-se mostrar a importância dos processos cársicos na construção da paisagem com particular incidência nas formas que pela sua especificidade genética, espectacularidade e singularidade mais representam em termos de património ambiental. Pretende-se, também, apresentar, em breve análise, alguns dos principais recursos naturais para o desenvolvimento local e questionar o modo como os processos de desenvolvimento se articulam com as necessárias medidas de conservação de um ambiente belo, rico e frágil.

Introdução: os espaços cársicos

No contexto climático mediterrâneo em que Portugal se situa, as serras e maciços calcários correspondem a territórios com características geomorfológicas, hidrológicas, bióticas e humanas muito particulares. Os processos de carsificação são responsáveis por paisagens *sui generis*, em que a rocha nua, perfurada e lavrada em espectaculares campos de lapiás, as vertentes íngremes e pedregosas, associadas a profundos canhões fluvio-cársicos ou

¹ - Centro de Estudos Geográficos - Coimbra (CEGC).
Email: luciogeo@ci.uc.pt

a falhas recentes, e as depressões fechadas, por vezes com pequenas lagoas de arranjo antrópico para dessedentar o gado, são marcas bem características. A magreza e descontinuidade espacial dos solos e a generalizada falta de água à superfície começam por condicionar o coberto vegetal que apenas assume feição florestal em pequenos retalhos e quase sempre em consequência da existência, sobre os calcários, de coberturas gresosas de diferentes cronologias e significados genéticos. À parte as pequenas manchas florestais, em regra de pinheiro e eucalipto, mais raramente de carvalho cerquinho em associação com sobreiros e azinheiras, é o reino da pedra revestido de forma descontínua de formações arbustivas (em que o carrasco é a espécie mais representada) e herbáceas, com destaque para as odoríferas mediterrâneas que encontram na secura da superfície muita da justificação para a sua presença e abundância relativa. O próprio modo como ao longo do tempo se foi fazendo a apropriação do espaço pelo Homem contribui para o acentuar desta paisagem de pedra. Uma magra agricultura de sequeiro nos fundas das dolinas, doutras depressões cársicas e dos vales secos implica sempre um árduo trabalho de despedrega de que os muros de pedra solta ou simples amontoados de pedra (os “moroços”) são testemunhos harmoniosamente inseridos na paisagem. A pastorícia, em regra de pequenos rebanhos de caprinos e ovinos, já terá conhecido melhores dias e hoje já não será responsável pelo aspecto calvo de serras e planaltos. Mantêm-se, no entanto, na paisagem cársica os pequenos abrigos de pastor, totalmente construídos em pedra solta e conhecidos pela curiosa designação de “casinas” no Maciço Calcários Estremenho. Os espaços abertos, a grandiosidade da paisagem e a existência de grutas convidam à meditação e são muitos os testemunhos de sacralização em espaços cársicos de grutas, “buracas”, dolinas, espécies arbóreas.

Apesar de uma aparente hostilidade em relação à ocupação humana, os espaços cársicos encerram recursos naturais, ambientais e patrimoniais de elevado valor (pedra e outros recursos minerais; paisagem; fauna e flora; água), cujo estudo é fundamental para o estabelecimento de políticas de desenvolvimento a nível local e regional.

Em jeito de síntese podemos afirmar que no nosso país os sistemas cársicos principais assentam num conjunto interligado de factores que desenham um triângulo, cujos vértices estão nos factores geomorfológico e hidrológico, nos factores pedológico e biótico e nos factores humanos (fig. 1). No seu conjunto, estes factores determinam o funcionamento do sistema cársico e condicionam os modos de evolução da paisagem, os recursos e as actividades humanas. Serão, assim, peças fundamentais, quer para o estudo dos modos de

funcionamento das áreas cársicas, quer, sobretudo, para uma escolha criteriosa das políticas e das acções de desenvolvimento a pôr em prática.

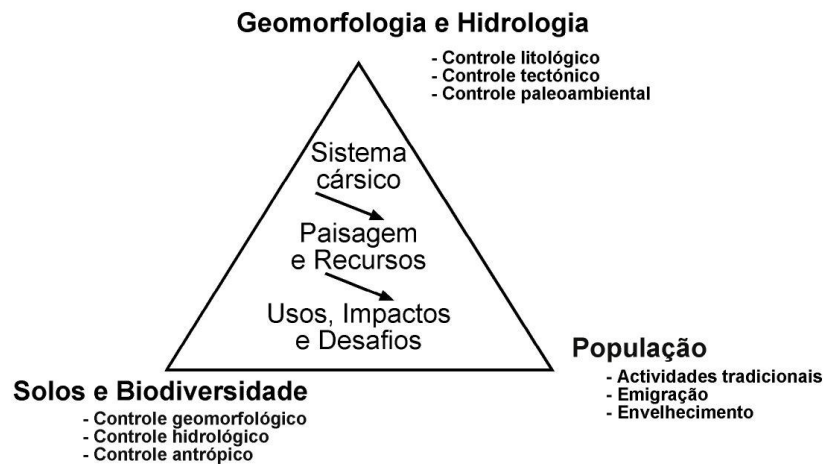


Fig. 1 – Sistemas cársicos em Portugal (esquema muito simplificado)

O Maciço de Sicó: um sistema cársico

É neste contexto geral do carso português que integramos o Maciço de Sicó, um pequeno maciço, com cerca de 430 Km², situado na Orla Mesocenozóica Ocidental, um pouco a Sul da cidade de Coimbra (CUNHA, 1990).

Em relação com a presença de afloramentos carbonatados do Jurássico e, particularmente, com os dos calcários do Dogger, muitas vezes fortemente fracturados e soerguidos ao longo de falhas e com processos de evolução geomorfológica longos e complexos, o carso do Maciço de Sicó corresponde genericamente a um carso coberto, apenas parcialmente exumado das sucessivas coberturas gresosas que aí se instalaram (CUNHA e SOARES, 1987). Em resultado do desenho e do jogo da fracturação e dos consequentes processos de exumação das superfícies carsificadas cobertas, distinguem-se hoje no Maciço, áreas completamente exumadas onde a paisagem cársica se manifesta com toda a sua espectacularidade (Serras do Circo, do Rabaçal e de Sicó, sector ocidental do Planalto de Degracias-Alvorge, Serras de Castelo do Sobral a Alvaiázere) e áreas parcialmente cobertas em que as coberturas gresosas presentes permitem não só o desenvolvimento de formações florestais que retiram muito do carácter cársico à paisagem, como favorecem uma agricultura que, apesar de sequeiro, mantém relevante significado económico, como é o caso do sector central e meridional do Planalto de Degracias-Alvorge (CUNHA, 1993).

Nas primeiras é, verdadeiramente, o reino da pedra! Os campos de lapiás, algumas poucas dolinas e, sobretudo os espectaculares canhões fluvio cárnicos, marcas de processos fluviais favorecidos pela presença de coberturas gresosas relativamente impermeáveis e típicos de conjunturas climáticas passadas, impõem-se na paisagem. É o caso dos canhões dos Poios (Novo e Velho), do vale das Buracas e do canhão do Rio dos Mouros no bloco setentrional do Maciço e do pequeno canhão do Vale da Mata, a Norte da Serra de Alvaizere. Nas suas vertentes, processos particulares de meteorização relacionados com os períodos frios quaternários, ditaram a formação de “buracas” que, conjuntamente com as escombrelas de gravidade e a verticalidade das “penas” calcárias em muito aumentam a espectacularidade das formas.

Nas áreas em que o carso se mantém coberto com depósitos de diferentes tipos, géneses e idades, como é o caso de grande parte do Planalto de Degraças-Alvorde, a paisagem toma uma feição marcadamente fluvial, com uma rede bem desenvolvida de valeiros secos que se articulam, desorganizando grandes formas cárnicas de tipo uvala (Ramalheira, Lagoa das Cotas, Alvorde) que, apenas muito parcialmente, foram exumadas das suas coberturas gresosas vindas em grande parte desde tempos cretácicos.

A presença actual e passada de coberturas gresosas não impede o contacto da água com a superfície calcária e, conseqüentemente, uma carsificação que, mesmo sob cobertura, foi responsável pelo desenvolvimento de uma rede de galerias hipogéias com algum significado. No conjunto do Maciço estão inventariadas mais de duas centenas de cavidades com desigual dimensão e interesse espeleológico, arqueológico ou biológico. Se exceptuarmos o sistema que integra o Algar da Várzea, o Algarinho, o Soprador do Carvalho (Taliscas) e os Olhos de Água do Dueça, com mais de 3 Km de galerias já reconhecidas e parcialmente topografadas e estudadas, na sua grande maioria as cavidades de Sicó não ultrapassam uma ou duas centenas de metros (200 metros na Lapa da Sr^a da Estrela) estando os algaros obstruídos a profundidades sempre inferiores à centena de metros (profundidade máxima reconhecida de 75 m no Algar das Quintas).

O elevado grau de organização do sistema cárnico está bem patente na sua hidrogeologia e, particularmente, no número e modo de funcionamento das exurgências. As condições estruturais ditam uma drenagem basicamente para Ocidente onde se localizam as principais exurgências de carácter permanentes, como acontece ao longo do Vale do Anços (Olhos de Água do Anços; Ourão) ou do Rio dos Mouros (Arrifana). A maior parte destas nascentes representa hoje importante recurso, já que a sua água é utilizada no abastecimento

público dos concelhos de Condeixa, Soure e Pombal, tal como acontece com outras pequenas exurgências cársicas nos concelhos de Penela, Ansião e Alvaiázere. No entanto este importante recurso tem vindo a estar cada vez mais ameaçado por uma poluição que facilmente se propaga através de sistemas subterrâneos em que, apesar do seu longo percurso, a água não passa por processos eficazes de filtragem. Se há algumas décadas os principais problemas de poluição hídrica eram apenas consequência do hábito de atirar lixo doméstico e pequenos animais mortos para lapas e algares, hoje algumas lixeiras e depósitos de sucata, a par com pedreiras, indústrias agro-alimentares, boviniculturas, suiniculturas e esgotos domésticos contribuem para um cenário que começa a ser de alguma preocupação.

Apesar de, no contexto nacional, se situar no “litoral”, ou seja na porção do país que apresenta maior dinamismo económico, e da qualidade das acessibilidades rodoviárias, as condições naturais decorrentes do processo de carsificação, têm feito com que o Maciço de Sicó assuma, ainda hoje, formas significativas de marginalidade territorial, com fraco dinamismo demográfico, económico, social e cultural.

Com efeito, o Maciço de Sicó, com muito fracas densidades populacionais (fig. 2), não tem parado de perder população (fig. 3 e 4). Segundo valores do censo de 2001, praticamente todas as freguesias que constituem o núcleo do Maciço de Sicó apresentam densidades populacionais inferiores a 50 hab/Km², valor que vem, inclusivamente abaixo dos 20 hab/Km² nas freguesias do Furadouro. Apenas as freguesias marginais ao Maciço, ou seja as que incluem no seu território as áreas baixas, mais ricas em água e mais férteis, atingem valores acima dos 50 hab/km² e apenas as freguesias de Condeixa, Condeixa-a-Velha e Pombal, de carácter mais marcadamente urbano, ultrapassam os 125 hab/Km².

Estas baixas densidades populacionais são o resultado de um processo demográfico longo que envolveu a redução progressiva de taxas de natalidade, mas sobretudo a emigração, primeiro para o Brasil e, depois, com maior intensidade, para a Europa e a saída para os grandes centros urbanos, como Lisboa e, mais recentemente, para os pequenos centros urbanos da região (Pombal, Soure, Condeixa, Ansião). Seja como for, desde a década de sessenta que este processo não tem parado de verificar-se e, apesar das já muito baixas densidades, mesmo no último período intercensitário (1991 a 2001) a população diminuiu mais de 20% na freguesia de Pombalinho, entre 10 e 20% na maioria das freguesias serranas e apenas registou aumentos nas freguesias marginais e particularmente nas de carácter mais urbano (Pombal: 23%; Condeixa: 45%). Esta dinâmica recessiva está bem marcada pela

relação entre o número de habitantes e os alojamentos disponíveis em cada uma das

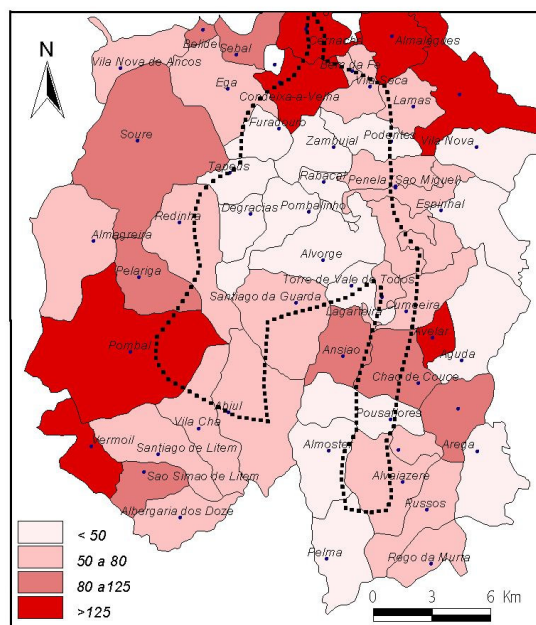


Fig. 2 – Densidade populacional nas freguesias de Sicó em 2001 (hab./Km²)

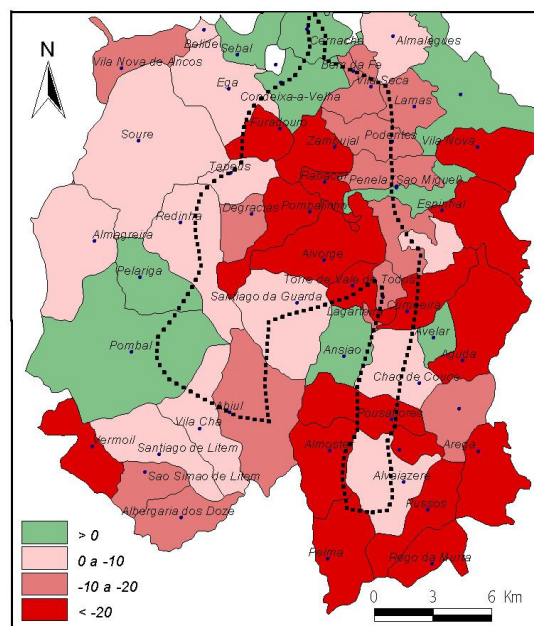


Fig. 3 – Variação da população nas freguesias de Sicó entre 1981 e 2001 (%)

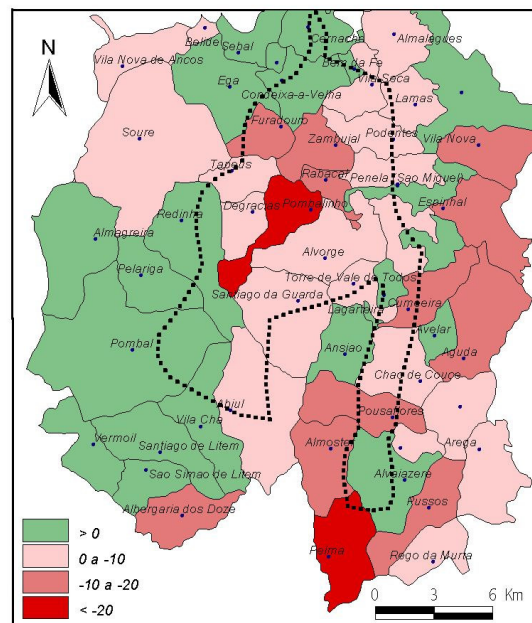


Fig. 4 – Variação da população nas freguesias de Sicó entre 1991 e 2001 (%)

freguesias. Apesar de se ter registado, de 1991 para 2001, um aumento muito ligeiro ou, mesmo, uma diminuição do número de alojamentos disponíveis na maior parte das freguesias da Serra (fig. 5), o facto é que estas mantêm, para o conjunto da área cartografada, o menor número de habitantes por alojamento (fig. 6), o que diz bem do estado de abandono a que muitos dos lugares serranos estão votados.

Em resumo, o Maciço de Sicó apresenta forte rarefacção populacional, com uma população fortemente envelhecida e com baixos níveis de instrução, dedicada basicamente a actividades do sector primário, o que constitui um dos principais factores a dificultar a implementação de políticas e de estratégias de desenvolvimento.

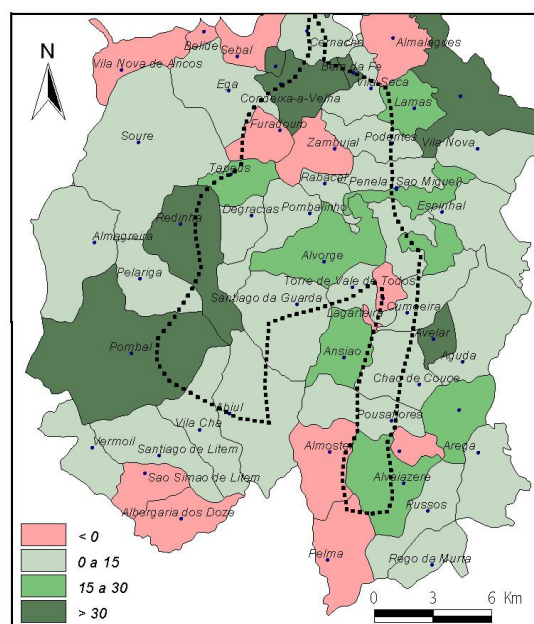


Fig. 5 – Variação do número de alojamentos nas freguesias de Sico entre 1991 e 2001 (%)

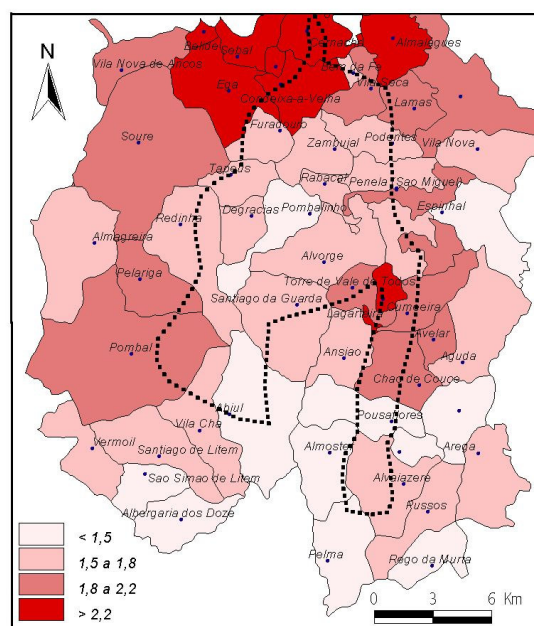


Fig. 6 – Habitantes por alojamento nas freguesias de Sico em 2001 (%)

Para além da magra agricultura de sequeiro e da pastorícia, em regra de pequenos rebanhos, de ovinos e caprinos, a que se associa a produção artesanal de queijo (o célebre “Queijo do Rabaçal”), as actividades tradicionais deste espaço serrano, compreendem ainda a extracção da pedra, hoje feita de modo bem mais intensivo que há décadas atrás, quando as pequenas pedreiras para pedra de calçada constituíam apenas uma actividade de carácter complementar, com impactes sobre a paisagem e o ambiente bem menores que aqueles que hoje são impostos pelas grandes unidades extractivas.

Os espaços abertos e a grandiosidade da paisagem convidam à meditação e são alguns os testemunhos de sacralização de grutas e “buracas” em relação com a simbologia uterina destas formas. É o caso da pequena capela da Sr^a da Estrela que conjuntamente com a capela da Sr^a do Circo, também no Maciço de Sicó, integram um conjunto de “sete irmãs” que o povo venera de forma criteriosamente ordenada, por alturas do equinócio de Março (CUNHA *et al.*, 1996).

Integram também o património regional alguns produtos artesanais ligados à Terra, de que o exemplo mais conhecido talvez seja o do célebre Queijo do Rabaçal, um dos produtos com que hoje se tenta construir uma imagem de Sicó capaz de promover desenvolvimento, gerar alguma riqueza e fixar as populações jovens.

Apesar do valor do seu património geomorfológico, do interesse ecológico da biodiversidade, da especificidade de muito de património construído e da pouco degradação ambiental e paisagística que se regista, o Maciço de Sicó não tem qualquer estatuto de área protegida em termos ambientais, como acontece, por exemplo com o Maciço Calcário Estremenho ou com a Serra da Arrábida que integram a rede nacional de Parques Naturais. Só muito recentemente o sector meridional do Maciço foi proposto para integrar um dos sítios da rede Natura 2000, o sítio Sicó-Alvaiázere. Apesar do carácter meritório da iniciativa, parece-nos ser altamente criticável o limite proposto para este sítio da Rede Natura 2000. As características gerais do sítio, tal como se descreve no respectivo projecto², prendem-se com o carácter cársico da paisagem e da biodiversidade associada. No entanto, ao estender o sítio para Sul ao longo do Vale do Alto Nabão até ao canhão do Agroal, integra-se uma vasta área gresosa com cobertura de pinhal e eucaliptal que em nada tem a ver, do ponto de vista paisagístico e ambiental (morfologia, hidrologia, flora, fauna e, mesmo, actividades

² - **Sítio Sicó-Alvaiázere:** Sítio muito rico em fitodiversidade devido ao predomínio de substratos calcários nos quais se desenvolvem comunidades de orquídeas. É a zona de Portugal onde abundam os bosques de **Quercus faginea ssp. Broteroi**. Comunidades ripícolas com espécies prioritárias e uma rede de grutas.

humanas), com o carso do Maciço de Sicó. Apesar das inegáveis vantagens de um *continuum* espacial Sicó-Agroal, talvez fosse mais interessante re-equacionar os limites, ou propor mesmo um sítio específico para o canhão do Agroal que, apesar da ligação estrutural que mantém, quer com o Maciço Calcário Estremenho, quer com o Maciço de Sicó, do ponto de vista geográfico parece não ter relação que permita a proposta de solução de continuidade com um ou com outro espaço. Por outro lado, parece não ter justificação a inclusão de apenas metade de Maciço do Sicó neste sítio da Rede Natura 2000. Fora dos limites propostos fica todo o sector setentrional do Maciço, ou seja, a Serra do Rabaçal, os vales da Grotta e das Buracas, povoações como o Casmilo ou o Furadouro, a Sr^a do Circo, o Vale do Rabaçal, em suma, fica de fora um dos sectores com paisagens mais espectaculares, contendo algumas grutas e abrigos com enorme interesse espeleológico e arqueológico, e que encerra uma enorme riqueza em termos de biodiversidade - pelo menos muito semelhante à da área considerada mais a Sul. Mas, fundamentalmente, a proposta em curso corresponde à fragmentação de um todo, de um conjunto que funciona em termos sistémicos e integrados, tanto ao nível do exocarso, das suas paisagens e modos de vida de superfície, como do endocarso, das grutas e dos modos de circulação da água. Que sentido faz proteger a exurgência dos Olhos de Água do Anços, a mais importante do Maciço, e não proteger a Arrifana ou Alcabideque? Mais, que sentido fará proteger a exurgência dos Olhos de Água do Anços e não proteger integralmente a sua área de recarga que inclui toda a área do Planalto das Degraças e da Serra do Rabaçal? Pelo menos em nossa opinião, os maciços cársicos funcionam sistemicamente como um todo e será como um todo que devem ser estudados, protegidos e geridos.

Seja como for, pelo significado que o estatuto de protecção ambiental assume, não só em termos de preservação da qualidade ambiental, mas também em termos de promoção e valorização para actividades de lazer e de turismo, pensamos que, apesar de tudo, este estatuto pode ser bastante positivo para o desenvolvimento do Maciço de Sicó.

Recursos para o desenvolvimento local

Ao descrevermos o Maciço de Sicó e ao apontarmos alguns dos aspectos do seu funcionamento enquanto sistema cársico, referimos já muitos dos recursos que este território encerra. De entre os principais recursos para um desenvolvimento local, com adequabilidade às características ambientais regionais e com sustentabilidade suficiente referiremos os recursos minerais não metálicos, particularmente a pedra calcária, aqui extraída para os mais

diversos fins, os recursos hídricos de importância crescente no abastecimento público, a paisagem vista em grande ou nalguns dos seus aspectos mais particulares e pitorescos³ que corresponde hoje a um importante factor de atracção de visitantes (de simples passeantes a grupos de desportistas), mas são também aspectos geomorfológicos particulares determinantes para algumas práticas desportivas, a riqueza da sua biodiversidade (plantas ornamentais; plantas medicinais; a própria caça), e, ainda, os solos que permitem, apesar de tudo, algumas actividades agrícolas. Completam a lista de recursos a considerar os vários elementos de um património cultural (histórico-arqueológico, etnográfico, construído) dotado de alguma riqueza e susceptível de valorização no quadro do desenvolvimento local.

No entanto, parece existir alguma conflitualidade entre a valorização e os modos de utilização dos recursos acima citados. Por exemplo, entre as actividades de extracção da pedra e fruição da paisagem em termos de lazer, entre o aumento de intensividade da agricultura e da pecuária, expressa na instalação de suiniculturas e boviniculturas, e a captação de água nas exsurgências, entre as proliferação de indústrias agro-alimentares (queijo, azeite e vinho) e a genuinidade dos produtos tradicionais, entre muitas das práticas desportivas de sabor “radical” e a conservação da biodiversidade, da paisagem e do ambiente.

Novas actividades e criação de emprego

Com o objectivo de ultrapassar muitos dos constrangimentos económicos e sociais das populações do maciço de Sicó, promovendo novas formas de desenvolvimento e pretendendo, de alguma forma, travar o êxodo populacional, foi criada uma associação intermunicipal⁴ (ADSICÓ – Associação de Desenvolvimento das Terras de Sicó) que, desde 1992, tem vindo a promover um vasto programa de revitalização do espaço rural de Sicó, através de iniciativas ligadas, sobretudo, à valorização dos produtos tradicionais, à promoção da actividade turística e à melhoria das infra-estruturas da região serrana. A par com estas, outras iniciativas institucionais e individuais, públicas e privadas têm vindo, a pouco e pouco, a modificar este espaço, valorizando-o, divulgando-o, criando localmente algum emprego, ou seja,

³ - Beleza, grandiosidade, espectacularidade, variedade, originalidade, tipicidade, genuinidade e pureza serão certamente apenas alguns dos qualificativos exigidos às paisagens com vista à sua utilização como recurso para actividades de lazer, desporto e turismo. No Maciço de Sicó são muitos os espaços em que a paisagem, lida nas suas mais diversas formas, corresponde parcialmente ou totalmente à lista de qualificativos atrás apresentados.

⁴ - Integram esta Associação as autarquias concelhias de Condeixa, Soure, Pombal, Penela, Ansião e Alvaiázere, os municípios que se juntam no Maciço de Sicó.

contribuindo, de algum modo, para o desenvolvimento local de uma área economicamente deprimida e ambientalmente frágil.

Muito do trabalho da ADSICÓ, mais tarde transformada em Associação de desenvolvimento das Terras de Sicó, consistiu no aproveitamento de programas comunitários e, particularmente, do programa LEADER, para promoção de desenvolvimento rural. Ao longo das várias fases deste programa registaram-se iniciativas de “apoio ao desenvolvimento Rural” (com particular destaque para as unidades de produção de vinho, mel, azeite e queijo), de “formação específica e ajudas à contratação”, de “apoio à diversificação das actividades económicas”, de “valorização e comercialização de produtos agrícolas” e de “preservação e valorização do ambiente”. Particular atenção foi prestada, pelo menos no início e no âmbito do chamado Leader I, à promoção do mundo rural através do desenvolvimento de actividades de lazer e de turismo (recuperação do património; apoio à criação de infra-estruturas; divulgação), que apesar do carácter eventualmente discutível do sucesso de tais iniciativas, deixaram marcas bem vincadas na paisagem de Sicó e contribuíram, decisivamente, para a construção de uma imagem territorial que hoje assume relevante significado.

As actividades levadas a efeito no âmbito da Adsicó/Terras de Sicó tiveram algum efeito multiplicador em iniciativas privadas e públicas variadas, com diferentes graus de sucesso junto dos actores locais e das próprias populações. Talvez seja interessante referir, ainda que brevemente, o trabalho desenvolvido pela Associação ‘Liga de Amigos de Conimbriga - LAC’⁵ que, tomando como base o espaço museológico da estação arqueológica romana, tem vindo a participar nos processos de desenvolvimento local de Sicó. Com efeito, através da criação de diferentes empresas como os “Jardineiros de Conimbriga” ou a “Marco Miliário” dedicada à promoção do turismo ambiental, do desporto natureza, à preparação de eventos (feiras, reuniões, congressos) e, até, à formação e educação ambiental, esta associação, que conta também com uma “UNIVA” (unidade de inserção na vida activa), será, porventura, um exemplo do muito que se pode fazer em termos de desenvolvimento local, compatibilizando tarefas de criação de empregos e de oportunidades com os princípios de preservação do ambiente e de conservação da natureza. No entanto, uma das tarefas mais meritórias desta Associação talvez esteja na promoção e organização de dezenas de acções de formação contínua para professores dos ensinos básico e secundário, tomando como base o

espaço do Maciço de Sicó e como modelo teórico e de formação os princípios da educação ambiental e da preservação e divulgação do património.

De certa forma, tanto as políticas e programas de desenvolvimento promovidos pela Adsicó/“Terras de Sicó”, como as iniciativas levadas a efeito pela LAC para o espaço de Sicó, assentam nas características específicas do território, na valorização dos seus recursos endógenos e na reabilitação do seu património, tendo em vista a melhoria das condições de vida das populações serranas e a possibilidade de fixação num território aparentemente desfavorável.

Com o mesmo objectivo final, mas eventualmente com menor articulação com as especificidades territoriais, sociais e culturais de Sicó e, consequentemente, com menor capacidade de aproveitamento e de gestão dos recursos locais contam-se outras iniciativas. Tendo em conta o baixo nível de instrução das populações serranas, a educação e a formação profissional assumem particular importância em termos de desenvolvimento. No perímetro do Maciço de Sicó, nas sedes concelhias localizadas fora da aspereza serrana contam-se, para além das infra-estruturas escolares habituais, duas escolas profissionais, a **Escola Tecnológica e Profissional de Sicó**, com pólos em Penela, Alvaiázere e Avelar e a **Escola Tecnológica e Profissional de Pombal**, com cursos variados e garantidamente interessantes em termos das necessidades de formação com vista ao tecido empresarial de cada um dos municípios (cursos de Informática, automação industrial, desenho de projecto, analista de laboratório, decoração, *design*, construção civil, *marketing*, entre outros), mas que pouco terão que ver com as necessidades de desenvolvimento de uma área rural tradicional como é o caso de Sicó.

Conclusão

Tendo em conta as necessidades de promover iniciativas com vista a um desenvolvimento integrado e sustentável do território do Maciço do Sicó, importa recordar algumas das potencialidades que este território encerra, assim como ter em conta alguns estrangulamentos face a previsíveis políticas e acções de desenvolvimento.

⁵ - A informação sobre a Associação Amigos de Conímbriga foi recolhida no site da Associação (<http://www.lac.pt>).

Como principais valores, recursos e potencialidades do Maciço de Sicó recordemos as características da paisagem, a riqueza do património histórico, o valor da biodiversidade, a importância estratégica da água que circula no seu interior e a fraca degradação ambiental que se regista e que é facilmente perceptível em qualquer rápida visita pela região. Constituem também importantes potencialidades a localização geográfica do Maciço, muito perto de Coimbra e Pombal, a boa qualidade das acessibilidades rodoviárias, uma identificação regional bem marcada e sentida e, ainda, a experiência de colaboração intermunicipal (materializada na criação e funcionamento da Adsicó/Terras de Sicó) com mais de uma dezena de anos.

Entre os principais entraves a políticas de desenvolvimento contam-se problemas de natureza demográfica (fraca densidade populacional, população envelhecida, fraco dinamismo demográfico), o baixo nível cultural e a fraca qualificação académica da população; a estrutura fundiária com forte fragmentação da propriedade rural; fraco desenvolvimento económico, a falta de equipamentos de diferentes tipos e, mesmo, alguma relação de conflitualidade entre actividades económicas de relevo (pedreiras, indústrias agro-alimentares) e as necessárias salvaguardas ambientais.

Com este quadro traçado, parece-nos que tentativas de desenvolvimento a nível local terão de passar sempre por uma diversificação e, mesmo, pela complementarização de actividades, capazes de, com base nos recursos locais, promover alguma riqueza e gerar algum emprego. Parece-nos, por exemplo, interessante a promoção paralela de actividades rurais tradicionais (queijo, mel, azeite, vinho, frutos secos) com algumas actividades agro-industriais, aproveitando a identificação com uma imagem de Sicó que leve à certificação e consequentemente valorização de alguns produtos da Terra.

A mesma imagem de Sicó pode levar à promoção de diversas actividades desportivas, de lazer e de turismo, a par com a Educação Ambiental e com o desenvolvimento da Investigação Científica sobre este território. Com efeito, o conhecimento científico de uma área e a sua divulgação para o exterior serão, certamente, importantes meios de fortalecer a identidade local das populações e de, assim, contribuir para a afirmação de políticas de desenvolvimento.

Finalmente, queremos deixar uma referência ao que alguns Autores chamam “o mito do turismo redentor” (DIEGUEZ, 1996), ou seja a (im)possibilidade de as actividades turísticas, por si só, se afirmarem como “mola”, “motor” ou mesmo “protagonistas” de

solução de desenvolvimento para áreas rurais tradicionais, de baixa densidade económica e elevado valor ambiental. De facto as novas modalidades turísticas e de lazer (turismo em espaço rural, turismo ambiental, turismo activo, turismo desportivo) que, aos poucos, começam a deter alguma importância económica face aos segmentos turísticos mais tradicionais, funcionam como uma espécie de “mito” para Câmaras Municipais, Associações Ambientalistas e promotores públicos e privados que vêem no estatuto económico e social dos visitantes e no baixo impacto ambiental das actividades turísticas, modos de promover, rentabilizar, vender e ocupar o território sem prejuízos ambientais dignos de monta. Seja como for, as actividades de lazer e turismo apenas poderão desempenhar o seu papel em termos de desenvolvimento local quando bem integradas num conjunto articulado de políticas e iniciativas que inclua, não só a relação com outras actividades (agricultura, pastorícia, educação ambiental), mas também uma articulação com outros pólos de atracção turística já existentes na região, como é o caso do turismo de sol e mar no Centro de Portugal ou do turismo cultural associado às visitas a Conímbriga ou às sedes de concelho da região, algumas das quais detêm um património histórico-cultural significativo (ver REBELO *et al.*, 1990 e CUNHA, 1987).

A falta de uma entidade responsável pelo planeamento, divulgação e acompanhamento das actividades de lazer e turismo no espaço de Sicó começa já a sentir-se no modo desordenado como algumas actividades de desenvolvem, com inevitáveis impactos na paisagem, no ambiente e no território. Este papel que poderá vir a ser desempenhado por um qualquer organismo criado, por exemplo, no âmbito da Associação intermunicipal Adsicó/Terras de Sicó ou no âmbito dos serviços oficiais ligados ao Turismo ou, mesmo, à protecção ambiental, será determinante face aos desafios que se colocam no Maciço de Sicó. Algumas das principais tarefas a desenvolver no espaço de Sicó passam por:

- Estudos de **Planeamento e Ordenamento em Turismo**, para criar a oferta necessária para satisfazer uma procura crescente, mas mantendo sempre os devidos respeito pela salvaguarda dos valores naturais do espaço e dos valores culturais das populações. Para além da necessária criação de equipamentos de apoio (restaurantes; bares; postos informativos; postos de venda de produtos tradicionais, este objectivo para alcançar este objectivo será necessário definir bem a capacidade de carga de cada área, determinar com rigor os pólos de atracção turística, estabelecer percursos temáticos, elaborar roteiros, instalar descritores da paisagem e muitas outras pequenas tarefas que facilitem as visitas e promovam o

território. Seria extremamente interessante conseguir uma diferenciação de actividades/percursos para as diferentes épocas do ano);

- Contribuição para uma definição clara de **códigos deontológicos** que rejam as diferentes actividades de lazer em ambiente rural e, muito particularmente, as actividades ditas radicais, de modo a evitar a degradação ambiental e os conflitos sócio-culturais com as populações;
- Finalmente, seria muito desejável a integração efectiva dos habitantes de Sicó nas actividades de protecção ambiental e nas actividades de lazer, com criação de emprego (guardas da natureza; vigia de incêndios florestais; guias turísticos; funcionários dos equipamentos de turismo em espaço rural) capaz de contribuir para a fixação de população jovem, ou seja criando cumplicidades mais do que hostilidades entre os detentores de uma espaço paisagisticamente belo, ambientalmente rico e potencialmente atractivo e os seus visitantes, fruidores e consumidores.

Bibliografia

- ALBERGARIA, H. (coord.), SIMÕES, A., MARTINS, A., PIRES, S. e MELO, J. (2002) – *Desenvolvimento da região de Sicó. A valorização dos produtos agro-alimentares e o papel dos agentes locais no desenvolvimento de áreas rurais*. Col. IERU, Coimbra, 237 p.
- ALMEIDA, A. C., SOARES, A. F.; CUNHA, L. e MARQUES, J. F. (1990) - ‘Proémio ao estudo do Baixo Mondego’. *Biblos*, Coimbra, LXVI, pp.17-47.
- CRAVIDÃO, Fernanda e CUNHA, Lúcio (1991) - ‘Turismo, investimento e impacto ambiental’. *Cadernos de Geografia*, Coimbra, 10, pp. 199-220.
- CRISPIM, J. A. (1986) – Dinâmica cársica da região de Ansião. Diss. PAPCC, Dep. Geologia Fac. Ciências de Lisboa, Lisboa.
- CUNHA, Lúcio (1988) - *As Serras Calcárias de Condeixa-Sicó-Alvaiázere - Estudo de Geomorfologia*. Coimbra, 329 p. (policopiado). Reeditado em 1990, com o mesmo título pelo Instituto Nacional de Investigação Científica (INIC), Col. Geografia Física, nº 1, Coimbra, 329 p.
- CUNHA, Lúcio (1993) - “A paisagem cársica das Serras Calcárias de Condeixa-Sicó-Alvaiázere. Alguns argumentos a favor da sua protecção”. *Algar*, Lisboa, 4, pp. 3-12.
- CUNHA, Lúcio (1997) - ‘Recursos turísticos no espaço do Baixo Mondego’. Livro de Actas do Seminário *O Baixo Mondego - Organização Geossistémica e Recursos Naturais*. Coimbra, pp. 85-103.
- CUNHA, Lúcio e CRAVIDÃO, Fernanda D. (1997) - ‘Notas para uma Geografia dos desportos radicais em Portugal’. *Actas do III Congresso da Geografia Portuguesa*, Inforgeo, Lisboa, A. P. G., 12/13, pp. 425-437.
- CUNHA, Lúcio e SOARES, António F. (1987) - “A carsificação no Maciço de Sicó. Principais fases de evolução”. *Cadernos de Geografia*, Coimbra, 6, pp. 119-137.
- CUNHA, Lúcio, ALARCÃO, Adília e PAIVA, Jorge (c/ col. - 1996) - *O Oppidum de Conimbriga e as Terras de Sicó*. Roteiro. Lisboa, 145 p.
- DIEGUEZ, Valentin C. (1996) – ‘Los espacios naturales protegidos: el dilema entre conservacion y el desarrollo

local”. Actas do Seminário sobre *Dinamismos sócio-económicos e (re)organização territorial: processos de urbanização e de reestruturação produtiva*, Coimbra, IEG, pp. 501-510.

REBELO, Fernando, CUNHA, Lúcio e ALMEIDA, A. Campar (1990) - “Contribuição da Geografia Física para a inventariação das potencialidades turísticas do Baixo-Mondego”. *Cadernos de Geografia*, Coimbra, 9, pp. 3-34.